

## Terra das Letras Mortas: A questão regional na imprensa amazônica (1930-1935)<sup>1</sup>

Luís Francisco MUNARO<sup>2</sup>

Universidade Federal do Amazonas

### Resumo:

Este artigo busca identificar, a partir da leitura e análise do jornal de maior circulação no Amazonas na década de 1930, *Jornal do Comércio*, mas também através de periódicos mais efêmeros como *Amazonida* de 1929, *Correio de Manaus* de 1931, *O Besouro* de 1932, *A Palavra* de 1932 e revistas como *Vitoria Regia* de 1933 e *A Nação* de 1935, como os jornais alimentaram uma narrativa regional em tensionamento com a nação projetada nos primeiros anos do governo Vargas. O artigo se divide em três partes, uma primeira para descrever brevemente a inscrição do Brasil e da Amazônia no interior das mudanças aceleradas por Getúlio Vargas; uma segunda para discutir a consolidação de uma ideia cultural de região nos jornais supracitados; e uma terceira para fornecer um esboço dos elementos e mitos fundadores persistentes na literatura jornalística do período.

**Palavras-chave:** História da imprensa; Região Amazônica; Regionalismo; Cultura letrada; Getúlio Vargas.

Este artigo busca identificar, a partir de jornais que circularam nos primeiros cinco anos do primeiro governo Vargas (1930-1935), como as elites intelectuais regionais repercutiram os projetos de construção da ideologia nacional. Ele fará isto a partir da leitura e análise do jornal de maior circulação no Amazonas, *Jornal do Comércio*, mas também através de periódicos mais efêmeros como *Amazonida* de 1929, *Correio de Manaus* de 1931, *O Besouro* de 1932, *A Palavra* de 1932 e de revistas como *Vitoria Regia* de 1933 e *A Nação* de 1935. Os tópicos que atravessaram a leitura foram a Revolução de 1930, a busca pelos mitos fundadores e elementos narrativos regionais e o elenco das lideranças políticas apresentadas como capazes de salvar a região no interior da construção da nação. Estes elementos se aproximam da proposta de análise política de Raoul Girardet, quando sugere que as mitologias políticas estão fundamentalmente ligadas à busca por uma Idade de Ouro, à luta contra um inimigo comum e ao mito da unidade.

A expressão “Terra das Letras Mortas” é apresentada pelo periódico “A nação” em 1935. Ela está escorada na construção de um conceito de Amazônia cultural. Para esta

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GT História do Jornalismo integrante do V Encontro Regional Norte de História da Mídia.

<sup>2</sup> Docente do Curso de Comunicação Social na UFRR. Graduado em Jornalismo e em História pela UNICENTRO, mestre em Jornalismo pela UFSC, doutor em História pela UFF, pós-doutorando em História pela UFAM.

visão, a região, muito embora rica, teria sido historicamente hostil à cultura. Desde La Condamine, passando por Euclides da Cunha e Alberto Rangel, o esforço humano esbarraria sempre nos obstáculos apresentados pela natureza. Na ideia que começa a se esboçar na década de 1930, contudo, passam a ser identificados talentos literários regionais ou dedicados homens de letras que pereceriam sempre na dificuldade de encontrar leitores capazes de compreender suas propostas. Os livros ali publicados, então, estariam fadados a *morrer*.

Este artigo se situa no confronto entre o regional e a nação, na tentativa de identificar um momento específico para a região amazônica no interior das narrativas nacionais que começam a forjar uma imagem do brasileiro na década de 1930. Para conduzir esta proposta, este artigo se divide em três partes, uma primeira para descrever brevemente a inscrição do Brasil e da Amazônia no interior das mudanças aceleradas por Getúlio Vargas, uma segunda para discutir a consolidação de uma ideia cultural de região nos jornais supracitados, e uma terceira para fornecer um esboço dos elementos narrativos fundadores persistentes na literatura jornalística do período.

## **1. O Brasil na década de 1930**

Nos anos Vargas, como aponta Mônica Velloso (1987), se torna persistente a ideia do intelectual atuando como pedagogo responsável por ajudar na incorporação do povo, entidade abstrata e heterogênea, no projeto nacional. Este é um fenômeno que conheceu inúmeras variantes no mundo pós-crash de 1929, com a derrocada do sistema liberal e a eminente debilidade do comércio global liderado por Estados Unidos e Inglaterra. Em vários países do mundo, as elites buscaram se posicionar diante da emergência do fascismo e do comunismo, assumindo um papel dinâmico de construir e direcionar o sentimento nacionalista ao mesmo tempo em que convocando o povo a participar desta construção.

No caso do Terceiro Mundo, as elites empreenderam o processo de emancipação do que intitulavam imperialismo, a colonização global empreendida pelos sistemas culturais e políticos europeus, forjando elas mesmas um Estado autêntico e que, teoricamente, deveria se adaptar a realidades específicas e mutantes. Nesse sentido, para estas elites urgia forjar uma identidade política própria, capaz de reunir vastos e ricos elementos populares em

torno da proposta de nação. Isto só podia acontecer por meio de elites autoconscientes, organizadas e capazes de materializar e negociar com a população.

O ponto fulcral destes projetos de nação que se disseminaram no mundo todo foi a ideia de planejamento estatal como caminho para edificar a vida nacional. Neste sentido, ganharam corpo as teorias do “nacional desenvolvimentismo”, nas quais o Estado deveria assumir um papel estruturante da economia nacional. Isto lembrando que, além da enorme popularidade de John Keynes no período, a economia soviética era a única que apresentava crescimento substantivo. Para aproximar a nação recém projetada do trabalhador, era importante também valorizar a ideia de trabalho e fornecer garantias trabalhistas, impedindo manifestações espasmódicas como greves e rebeliões. No Brasil de Vargas, isto foi feito por meio da representação sindical oficial, ligada diretamente ao Estado, que ficou conhecida como peleguismo.

Num espectro bem geral, portanto, as elites intelectuais se aproximaram da gente comum para forjar os elementos identitários capazes de caracterizar a nação. Como lembra Eric Hobsbawm, em todo o mundo,

Começavam a surgir, claramente ou não, as tendências gerais da política de massa do futuro: populismo latino-americano baseado em líderes autoritários buscando o apoio dos trabalhadores urbanos; mobilizações políticas por líderes sindicais que teriam futuro como líderes partidários, como no Caribe britânico; um movimento revolucionário com forte base entre trabalhadores migrantes para a França e de lá retornados, como na Argélia; uma resistência nacional de base comunista com fortes laços agrários, como no Vietnã. No mínimo, como na Malásia, os anos de Depressão quebraram os laços entre as autoridades coloniais e as massas camponesas, deixando espaço para o surgimento de futuros políticos (HOBSBAWM, 1995, p. 212).

No caso brasileiro, os sintomas da primeira guerra mundial foram vistos no modernismo da década de 1920 e na busca por encontrar os elementos de brasilidade, como no *Turista Aprendiz* de Mário de Andrade. Tais elementos caracterizam a valorização do homem nacional em detrimento do cosmopolitismo, a busca por um guia intelectual ativo ao invés da manifestação cultural como símbolo de distinção, a incorporação do trabalhador ao invés de sua estigmatização. O papel do intelectual nesse processo pode ser percebido na enorme importância adquirida pelas mídias que ganharam difusão no século XX: rádio, cinema e jornal diário, que não apenas serviram para disseminar um corpo de conhecimentos sobre o país, mas também uma narrativa própria voltada para a construção da nação. No caso brasileiro, o Brasil não estaria mais refletido no europeu, e nem

tampouco no índio aculturado, mas no elemento miscigenado, como o demonstram obras caras ao período como *Casa Grande e Senzala*, de 1933, e *Macunaíma*, de 1928.

As regiões brasileiras, com suas várias nuances, entraram neste processo de composição. Trata-se de um caminho de mão dupla: o Estado se projeta através de políticas públicas, de medidas de controle econômico, dos sindicatos e da produção intelectual extensiva a toda a nação, e esta se comunica com o Estado via sua incorporação na narrativa nacional. Contudo, como alcançar o povo e promover genuína participação popular nesta nação projetada? De uma forma geral, no governo Vargas, e no período do Estado Novo em particular, persiste uma enorme dificuldade em alcançar, identificar e falar com o povo, traço característico do elitismo cultural brasileiro. Ainda que o povo recebesse uma avaliação positiva, ele permanecia inculto, suas manifestações espontâneas geravam receio, e em sua pureza se escondia o risco da desordem. Assim, é justamente no Estado que estaria sua salvação (OLIVEIRA, 2015, p. 329).

A editora José Olympio, o cinema de Roquette Pinto, as grandes iniciativas jornalísticas que demarcaram o início do jornalismo empresarial no Brasil são alguns exemplos de como o Brasil passou a se retratar ativamente e buscar pelo povo. Neste processo, este se expressava via negociação: a música popular, o carnaval, o futebol, etc. Seu papel, contudo, estava muito mais concentrado no trabalho, já que era pelo seu esforço material que o país crescia e alcançava o desenvolvimento. Se a década de 1920 anunciou a entrada do homem regional na composição da nação, a década de 1930 permitiu a multiplicação de publicações, livros, jornais, séries de romances onde entravam elementos pitorescos dos interiores ainda desconhecidos do país (OLIVEIRA, 2015, pp. 330-1). É nesse espectro cultural, bem como no espectro político da incorporação das oligarquias regionais no projeto de Estado objetivado por Vargas, que as regiões se veem acopladas na nação. Diante dessa pressão exercida de cima para baixo, sobretudo, cabe se perguntar como a região reagiu e buscou ser incorporada neste projeto nacional? Mais precisamente, como buscou fortalecer a sua própria narrativa, sabendo que essa narrativa regional estaria em constante tensionamento com a narrativa nacional, almejando mesmo ser por esta absorvida? Em primeiro lugar, dado o contexto da época e a situação amazônica, cumpre se perguntar como a Amazônia pode ser entendida a partir da ideia da região e quais elementos compõem esta identidade regional. Evidentemente, a exploração aqui esboçada é apenas um embrião, está longe da completude, posto que incide apenas sobre restrito número de

periódicos. Contudo, eles fornecem caminhos para que se possa pensar, historicamente, como se constituiu uma ideia de Amazônia no interior do Brasil.

## 2. O tema regional e as letras mortas

A região, não tão ampla quanto a nação, e não tão restrita quanto o local, nem sempre pode ser mapeada de forma precisa. Pode ser o resultado de uma divisão artificialmente projetada tanto quanto de solidariedades e vínculos de pertencimento construídos entre lugares relativamente dispersos. Segundo Armand Fremont,

De uma maneira geral a região apresenta-se como um espaço médio, menos extensa do que a nação ou o grande espaço da civilização, mais vasto do que o espaço social de um grupo, e a fortiori de um lugar. Integra lugares vividos e espaços sociais com um *mínimo de coerência e de especificidade*, que fazem dela um conjunto com uma estrutura própria (a combinação regional), e que a distinguem por certas representações na percepção dos habitantes ou dos estranhos (as imagens regionais). A região é menos nitidamente conhecida e percebida do que os lugares do cotidiano ou os espaços sociais de familiaridade. Mas, na organização do espaço-tempo vivido, constitui um invólucro essencial antes do acesso a entidades muito mais abstratas, muito mais desconcertantes em relação ao hábito... Seria a região o espaço que podemos visitar sem nos sentirmos incomodados, um conjunto-regulação de nível superior na organização do espaço de vida e na percepção e valorização do espaço vivido (FREMONT, 1980, pp. 167-8, grifos nossos).

No caso amazônico, a sua tessitura começa a ser montada a partir dos rios. Trata-se de uma enorme bacia que une povos distantes uns dos outros, e estes povos intercambiam uns com os outros sobretudo através da navegação. Mas não é uma simples navegação aquela que pode gerar algum sentimento de pertença cultural extensivo a um habitante de Rio Branco e a um habitante de Belém. Estes jamais poderiam imaginar a existência um do outro se não fosse a moderna navegação a vapor e um circuito de periódicos que tornou perceptíveis as cidades umas às outras. Entre 1735 e 1745 La Condamine, durante sua expedição científica ao Peru, usou a expressão “amazônica” para descrever a bacia hidrográfica. Tal expressão se tornou comum no século seguinte, sendo incorporada tanto pela imprensa regional quanto pela literatura produzida pelos inúmeros viajantes estrangeiros que circularam pela região produzindo relatos.

Significativamente, Aurora Ballesteros lembra que é uma elite intelectual que possui o sentimento de afeição à região que se denomina Amazônia (1992). As várias zonas

interioranas, comunidades indígenas, vilas ribeirinhas umbilicalmente ligadas ao rio seriam indiferentes ao pertencimento numa região mais extensa. Magali Franco Bueno, durante os seus estudos trágica e precocemente interrompidos pela malária, questionou habitantes de comunidades ribeirinhas próximas de Belém sobre o sentido da Amazônia. Descobriu assim que,

A denominação “Amazônia” não faz parte do cotidiano destes moradores. Apenas numa ocasião, durante todo o tempo de trabalho de campo em Anequara, o vocábulo “Amazônia” foi pronunciado espontaneamente. Tratava-se de um pescador jovem que, interessado em saber como eu escolhi fazer a pesquisa nessa comunidade, especificamente, comentou: ‘Tem muito gringo que vem pra cá, estudar a Amazônia’ (BUENO, 2004, p. 41).

Também o já clássico estudo de Charles Wagley (1979) sobre a pequena comunidade apelidada de Itá, um reflexo das pequenas cidades amazônicas, descobriu uma localidade autossuficiente, com modestíssima vida social, governada mais pelas cheias dos rios do que por qualquer autoridade governamental. Trata-se, portanto, de algo bastante improvável imaginá-la como conectada a um sentimento amazônico ou um sentimento de pertença regional.

Sabe-se, assim, que a região geofísica surgiu por meio da delimitação natural fornecida pela bacia hidrográfica; mas quais foram os elementos que forneceu para a construção de uma narrativa capaz de agregar planos e projetos de indivíduos distantes uns dos outros? Posto noutras palavras, como estes indivíduos passaram a se intitular antes de tudo amazônicos, num primeiro momento, e amazônidas, num segundo? Tais questões não poderão ser respondidas no curto espaço deste artigo. Contudo, como temos sustentado, sua resposta pode ser esboçada via análise da documentação jornalística.

Os jornais constituem uma via de acesso privilegiada para identificar a Amazônia que passa a ser cotidianamente imaginada e narrada por suas elites intelectuais. A obra “Rios de Palavras” (MUNARO, 2017) tornou perceptível a íntima vinculação entre as máquinas de prelos e os municípios que vão sendo criados conforme se expande o ciclo da borracha e há um crescimento econômico da região. A exploração da hevea une as várias partes da bacia e torna comum o fluxo dos vapores, bem como a troca de produtos (entre eles os jornais produzidos em diferentes cidades). Evidentemente, portanto, ao longo do ciclo da borracha evidencia-se a construção de uma identidade amazônica em detrimento daquela paraense forjada pelas elites situadas em Belém.



O que particulariza os anos do governo de Getúlio Vargas, ante a República Velha, é a busca mais ativa pela conexão da região ao espaço nacional. Isto acontece por meio da reificação das suas características positivas, da construção de sua própria narrativa (recheada de elementos míticos), bem como do clamor dirigido à autoridade central. É nesse espaço, mais precisamente, que se concentra a análise deste artigo. Já em 1 de junho de 1929, o jornal *Amazônico*, sugestivamente denominado “órgão dos interesses gerais da região amazônica”, lançou um olhar retrospectivo para a sua função, identificando o seu programa com “procurar despertar o interesse de todos, pelo desenvolvimento e engrandecimento da região amazônica”. Mas não há, na literatura periodística, um esboço claro dessa região. Ela indica tanto a luta pela emancipação do Acre em 1903, a ocupação dos pastos do Rio Branco, a construção da ferrovia Madeira-Mamoré, a Cabanagem em 1835-1840 e a voz pioneira de Felipe Patroni em 1822. No caso da imprensa manauara, um evento que reaparece com particular nitidez é a Comuna de 1924 que, a partir dos tenentes, clamou pelo voto secreto, por reformas no ensino, poder político ao exército e destituição do presidente da República (SANTOS, 2001).

O jornal *Correio de Manaós*, que circulou em 1931, se referiu ao “grande povo nortista” que derramou o sangue para a salvação da Pátria. Manaós diria respeito aos povos indígenas que habitaram a região e demarca uma diferença com relação ao nome aportuguesado da cidade. O jornal constantemente se referiu à pátria de Ajuricaba e ao sangue dos barés que lutaram contra os portugueses. Referindo-se à rebelião de 1924 e à Revolução de 1930, disse:

Nós, lá no Norte, quando nos enchemos do fogo sagrado de *derramar o nosso sangue para a salvação da pátria*, supúnhamos que iríamos ter um outro João Pessoa [vice de Getúlio Vargas assassinado em 1930] no Palácio do Catete. Até esse momento, eu não sei o que está pensando o grande povo nortista. Talvez esteja pensando que é necessário fazer uma outra revolução, uma revolução mais revolucionária, uma revolução fundada na justiça e não na politicalha, uma revolução de reivindicações e não de acomodatismo, uma revolução para sacudir os nervos entorpecidos de nacionalidade e não para mistificar o idealismo dos heróis, e não para transigir, covardemente, com os aproveitadores da vitória (*Correio de Manaós*, 17 de Janeiro de 1931, p. 1, grifos nossos)

Este histórico de lutas em prol de um Brasil livre caracterizaria os fluxos humanos na Amazônia. Apesar destas lutas, a região teria sido relegada a um plano secundário. Quer dizer, cogitou-se mesmo, ao longo da década de 1930, tornar o Amazonas um território federal, a exemplo do que acontecia com o Acre. Numa versão de “à custa de nosso sangue,

vida e fazendas” dos nativistas pernambucanos, os amazônicos também não teriam encontrado contrapartida do poder central ao seu esforço por manter as fronteiras brasileiras. Pelo contrário, receberiam governantes posições, burocratas desinteressados ou, então, se manteriam reféns das mesmas oligarquias imobilistas. A região assim é composta por uma série de narrativas que estabelecem a partilha de experiências dentro do mesmo espaço regional, da mesma tradição em seu confronto com a nação de Getúlio. Quanto às propostas de submeter o estado do Amazonas à administração federal, foram assim recebidas pelo *Correio de Manaós*,

É um dever sacratíssimo de todo o amazonense que ama a sua terra, protestar violentamente contra esta ideia chã que nos vem rebaixar os brios, lançar-nos ao desprezo, confundir-nos perante o Brasil inteiro, perante o universo inteiro! O Amazonas que, até hoje, tem vivido por si só, viverá por si só, sem o auxílio de quem quer que seja. A população desta *terra deslumbrante* há-de protestar conosco, pois o Amazonas já é uma *nação portentosa* para ser confundida, amalgamada a outras terras que não primam por sua superioridade (*Correio de Manaós*, 17 de janeiro 1931, p. 2, grifos nossos).

A terra deslumbrante já comporia, por si só, uma nação portentosa e sua superioridade não encontraria reconhecimento no poder central. O entusiasmo pode variar de jornal para jornal, mas o mesmo tom nativista persiste ao longo de toda a narrativa. O jornal *A Palavra*, dirigido por Lúcio Fiúza, ao comentar a questão acreana (símbolo da luta nortista contra o invasor estrangeiro), sugere que o Amazonas não deu ao Acre o valor que este merecia e por isto o perdeu. A mesma negligência estaria sofrendo, agora, do próprio Brasil:

Dele [Acre] não cuidávamos com o necessário zelo. As suas terras férteis e bárbaras se derramavam pelas florestas sem, ao menos, uma escola, sem uma farmácia, sem uma oficina... Tudo dele exigíamos e nada lhe dávamos. São dolorosas essas verdades, custa dizê-las, mas são verdades conhecidas. Quanto, também em eras que não voltam, abarrotávamos os cofres da nação com os nossos rendimentos, a União nada fazia por nós. E, somente quando chegaram os maus tempos, é que pudemos avaliar como e quanto fomos injustamente esquecidos... De nós tudo ela exigia e nada nos dava. Estamos pagando, com usura: dente por dente (*A Palavra*, Junho de 1932, p. 1).

O jornal utiliza, então, a expressão amazônida, que delimita a filiação a uma tradição cultural e histórica comum, a partilha de símbolos e narrativas que configuram o espaço da Amazônia no interior da história da nação. Ainda que, sugere o jornal, haja inúmeros talentos na região amazônica, estes estariam relegados ao esquecimento pela



própria indiferença do amazônico com relação ao “labor intelectual”. Portanto, a culpa não seria apenas da nação. O homem da Amazônia não estaria sabendo olhar para o seu próprio umbigo. Daí emerge a ideia de uma “Terra das Letras Mortas”:

Qual outra frase mais adequada, mais necessária a um jornal, na terra onde não se aproveita o labor intelectual dos esforçados e aproveitados *amazônidas*, cujo número na justiça dos conterrâneos não excede a insignificância? Também, aqui, todos os indivíduos são literatos, uns são poetas, outros historiadores, outros ainda, romancistas, cujo proveito não excede em vitórias, os limites desta esquecida terra – Terra das Letras Mortas (*A Palavra*, Junho de 1932, p. 1, grifo nosso).

Amazônida parece ser uma expressão que começa a dizer respeito, mais diretamente, a este indivíduo autoconsciente do seu papel cultural e histórico de edificação da região. Quer dizer, ao contrário do amazônico, que simplesmente, por ocasião fortuita, habita a Amazônia, o amazônida sabe que o seu destino está ligado a este pertencimento. No jornal *A Nação*, mais tarde, o poeta Mario Ypiranga Monteiro comentará o triste destino das letras amazônicas, desta vez atribuindo-o, além da falta de leitura, à própria pobreza dos autores. Como já sugeriu Maria Luiza Ugarte Pinheiro (2015), a vida intelectual até pelo menos as duas primeiras décadas do século XX, no Amazonas, estava confinada às igrejazinhas intelectuais, onde poetas e versejadores buscavam se aproximar da Europa e aprimorar o sentimento de cosmopolitismo, não alcançando muita originalidade literária. Na verdade, também se mostravam incapazes de pensar ou materializar a especificidade do regional, tamanho o seu encanto pela civilização europeia. Segundo Mario Ypiranga, em contraste com as décadas anteriores, de exaltação do estrangeiro,

Parece-me haver agora um surto de realizações, um prurido de vida em nós, que vegetamos neste ambiente hostil a qualquer esforço vital. Lutamos com muitas dificuldades, sendo a primeira delas a falta de leitura. *Ninguém lê, ninguém se interessa pelo que é nosso, exclusivamente nosso*. O segundo tropeço é a pobreza ridícula dos esforçados autores. Digo ridícula porque os espíritos grandes, tumultuários, esforçados estão sendo sacrificados em honra dos apedeutas (*A Nação*, 19 de janeiro de 1935, p. 4, grifos nossos).

No decorrer da construção desta narrativa, transparece também o apelo a alguns mitos fundadores, sempre calcados no heroísmo e na luta solitária do homem amazônico, no povoamento da floresta e na manutenção do território. De forma breve, a leitura dos jornais apontados na introdução deste artigo indicou a presença de alguns destes mitos ou então componentes narrativos, que serão descritos na sessão seguinte.

### 3. Elementos narrativos regionais

No interior deste processo de tensão entre a região e a nação são mencionados, de forma contínua, panoramas, imagens e argumentos que consolidam a ideia da própria região e que a reforça para os seus membros; estes, de alguma forma, passam a se enxergar como componentes deste quinhão particular da nação. Mas, sobretudo, estão esboçados elementos narrativos que gradativamente se transformam em mitos fundadores. Eles mesclam a luta pela emancipação acreana, a luta contra a floresta, a revolta dos cabanos contra as autoridades oligárquicas (evidentemente cingida a apenas alguns jornais) e a morte dos indígenas exemplarmente encarnados em Ajuricaba, líder dos manaós que preferiu se suicidar a se tornar escravo dos portugueses no início do século XVIII. Evidentemente, há um cuidado ao tocar nestes temas. Um jornal que mantém vínculo com alguma oligarquia, por exemplo, não poderia, teoricamente, exaltar a luta dos cabanos. No que concerne ao indigenismo, o jornal *Correio de Manaós* fez a seguinte exortação:

Foi para isso que muitos brasileiros se sacrificaram em holocausto ante o altar da Pátria? *Ajuricaba!* – ergue-te do teu túmulo, sobe a terra que te viu nascer, e verás como teus irmãos sofrem e gemem e clamam, espezinhadados, escravizados. Empunha a tua lança e vem combater pelos teus irmãos (*Correio de Manaós*, 1 de fevereiro de 1931, p. 1, grifo nosso).

Em edição anterior, o jornal já havia feito menção à terra dos barés, sugada pela presença parasita de políticos postiços (no caso, Dorval Porto, que foi intendente em 1930). Tanto quanto a “pátria ativa de Ajuricaba”, a Amazônia contemporânea estaria sendo esgotada pela presença dos políticos postiços encaminhados pelo poder central (ora são os políticos postiços, ora as oligarquias locais):

A *terra dos barés*, Pátria ativa de *Ajuricaba*, em fins do ano passado recebeu de braços abertos a entidade desconhecida de um moço sem nome e colocação, como sem nome e colocação aqui chegam todos os parasitas que aqui locupletam com ou sem trabalho, com ou sem proteção, com ou sem honestidade (*Correio de Manaós*, Janeiro de 1931, p. 3, grifos nossos).

Ajuricaba começa a se apresentar, no caso do Amazonas, como o herói que deu início a uma linhagem regional. É curioso como, na década de 1930, o indígena reassume o seu papel de destaque nesta narrativa, muito embora o sustentáculo do trabalho na região

seja o seringueiro (elemento que será percebido com clareza na década de 1940, durante o segundo ciclo da borracha). Numa carta de Mario Ypiranga a Alvaro Maia, o célebre e longevo interventor do Amazonas nomeado por Getúlio Vargas, lê-se que:

Tenho pelo mestre e amigo uma dessas admirações que são bem adorações, pois vejo nele o filho mais digno depois de *Ajuricaba* e *Heliodoro Balbi*, o conterrâneo mais culto, o irmão mais dócil, o mestre mais sábio, o potentado mais avisado, mais solerte, que mais sabe se compenetrar de seu dever, pois se até agora tem feito pouco por nós, é porque o muito é superior às suas forças (*Correio de Manaós*, 1 de fevereiro de 1931, p. 2, grifos nossos).

Mário Ypiranga foi um dos artífices privilegiados destas narrativas regionalistas. Ele dirigiu, pelo menos, o jornal *O Gury* e a Revista *Selva* de 1932. Escrevendo mais tarde para o jornal *A nação*, em 1935, ele mais uma vez retoma as narrativas regionais, desta vez elogiando as obras de Anísio Jobim “Panoramas amazônicos” e de Arthur Reis “História do Amazonas”. Nas obras destes autores estariam já descritos os temas caros que permitem a construção de um panorama regional. Como se viu, o esforço descomunal de composição destas obras representaria quase que uma energia perdida, dada a carência de leitores. Neste caso, a obra de Arthur Reis sobre a Cabanagem descreve um episódio “rubro”, “um dos mais interessantes do nosso passado”. Cumpre salientar que o “nosso” passado é o passado do amazônico. A Cabanagem, cujos episódios centrais estão cingidos à tomada de poder de Belém pelos revoltosos, permite a afiliação do homem regional numa narrativa de alcance mais amplo. Segundo Ypiranga,

Com justiça disse eu, em crônica publicada nesta folha, sobre o novo livro do Dr. Anísio Jobim – “Panoramas Amazônicos – Codajas –”, que qual somente duas ilustres personagens não descansavam da produção de páginas vigorosas, documentadas e sadias sobre as *questões regionais* quase totalmente desconhecidas. Sim. E agora tenho ainda mais fortes razões para estribar esta exceção. Arthur Cezar Ferreira Reis, o único historiador e moço de minha terra, aquele para quem a história do Amazonas não tem segredos, e, quiçá, do Brasil, vai nos dar brevemente um novo livro sobre a Cabanagem?. Dizer do assunto tomado como pivô da obra magistral, é roubar-lhe o sabor do ineditismo – Que pretensão! – Mas, queremos frisar que *a cabanagem é um dos capítulos mais belos, mais movimentados, mais interessantes do nosso passado*. Arthur Cezar Ferreira Reis soube apropriar-se dos fatos em si, documentá-los, explica-los, e a reunião desses trechos rubros de cabanagem é o livro próximo que vem firmar o nome do autor já feito com o aparecimento de ‘História do Amazonas’, de que eu tenho um exemplar sobre a mesa, ofertado pelo seu jovem autor” (*A nação*, 19 de janeiro de 1935, p. 4)

Outros tópicos que reforçarão a narrativa da região, em sua tensão com a nação, são o desperdício dos recursos produzidos pela Amazônia. Estes argumentos já eram reificados pela imprensa durante os anos da República Velha, agravados pelas “exíguas rendas arrecadadas pelos cofres públicos que não eram suficientes nem para satisfazer as necessidades urgentes da administração” (SANTOS, 2001, p. 49). O Jornal *O Commerciano*, em 1 de agosto de 1933, ao se referir aos “políticos parasitas”, questiona a amputação do território do Amazonas e o não reconhecimento da luta do amazonense contra a Bolívia:

Eis aí a razão indiscutível porque dispendemos alguns milhares de contos de reis com a construção de um aeroporto para atracar um zepelim, e recusamos, de sobrecenho carregado, algumas dezenas desses mesmos contos de reis para amparar, momentaneamente, a produção de um Estado da Federação, a quem escorchamos, e por fim, caloteamos, pouco nos importando que esse Estado seja uma *porta de segurança contra tentativas audaciosas de vizinhos estrangeiros, como já aconteceu na invasão boliviana, em que o malsinado Amazonas defendeu com seus próprios recursos a integridade do território nacional, expulsando e derrotando o invasor para receber, como prêmio de seu heroísmo e de seu sacrifício, não a gratidão do Brasil, mas a amputação do seu território*, na parte mais produtiva, desta forma lançado à miséria pela própria mãe pátria que, a ser magnânima, ou simplesmente grata, preferiu chamar a si o papel dos corvos das batalhas, ou pior ainda, porque não contente com os despojos, ainda injuria o próprio braço que a defendeu (*O Commerciano*, 1 de agosto de 1933, p. 1, grifos nossos).

Por fim, a ingratidão da nação com relação à Amazônia teria dado origem a uma narrativa falsa sobre a “insolvabilidade” do Norte. Segundo a Revista *Vitória Régia*, esta insolvabilidade não seria mais do que uma ficção para justificar a submissão da região e a incapacidade do poder central de governar terras ricas e prósperas.

A insolvabilidade do nosso Estado, como pretendem afirmar pseudo economistas, é um erro, um grande erro. Insolvabilidade – não! Incapacidade administrativa – sim! Se o Amazonas vive neste estado precário, apresentando déficits em seus orçamentos, não é porque suas possibilidades econômicas sejam deficientes. Não! O que ocasiona este desequilíbrio, infelizmente para maior vergonha do atual regime, é o *filhotismo* – o grande mal da velha república e a desmoralização da nova! As nossas repartições públicas estão cheias de *afilhados* inúteis, que só fazem jus ao dinheiro do Estado. O Tesouro, de quando em vez, paga, escandalosamente, exercícios findos... enquanto que o funcionalismo está em atraso! Onerado, sempre onerado cada vez mais, é lógico que o Estado, na presente crise, não possa satisfazer a todos os *filhotes e afilhados* da nova república, passando então a ser considerado insolvável! Mas, quem é o culpado de tudo isso? O povo? Não! O culpado único é o sr. Getúlio Vargas! Quem escolhe os nossos dirigentes somos nós, o povo? Não! O

Ditador é quem nos manda de lá os seus amigos! Portanto, é ele, unicamente ele, o culpado de todos os erros administrativos que aqui se praticam (*Vitória Régia*, Junho de 1933, p. 1, grifos do autor).

Nesse momento histórico, começa a se projetar na imprensa regional a figura de Getúlio Vargas, apresentado como salvador e unificador, o que deixa transparecer a presença cada vez maior da narrativa nacional projetada pela intelectualidade do período. Mas este tópico, tão curioso quanto importante para a consolidação de uma narrativa regional, já pertence a um momento posterior ao recortado por este artigo.

### **Considerações finais**

De forma sucinta, este artigo buscou explorar alguns dos elementos que compuseram a narrativa regional na Amazônia urdidos por seus jornais. Percebeu-se, ainda que numa escala modesta, a historicidade da expressão Amazônia e sua circunscrição ao universo de elites letradas preocupadas com dar para a região um estatuto no espaço nacional. As iniciativas promovidas por Getúlio Vargas, relativas à formação de uma geração de intelectuais pedagogos vinculados à intervenção mais ativa na realidade brasileira, e mesmo na recuperação dos elementos caracterizadores da identidade nacional, intensificou a preocupação destas elites com os temas regionais em detrimento da absorção da cultura europeia, o que foi característico das duas primeiras décadas do século XX.

A busca pela delimitação da região teve, num primeiro momento, a bacia hidrográfica como o seu ponto de partida. Gradativamente, ela passou a assumir um contorno cultural conforme cresceu o comércio da borracha e surgiram cidades que se interconectaram via navegação fluvial. Uma esfera pública embrionária passou, então, a imaginar o espaço amazônico e buscar caracterizar a sua especificidade cultural e sua herança histórica. Nos jornais, isso assume o formato de uma narrativa: datas, eventos, panoramas são constantemente buscados para alimentar esta história em sua conexão com a identidade da região.

Entre os elementos recuperados pela narrativa, no jornalismo impresso, estão desde a luta histórica dos índios manaós e dos cabanos (percebidas como a luta contra o invasor português), a luta no Acre contra o governo boliviano, a luta local contra o Estado corrupto como no caso da Comuna de 1924 e o parasitismo da burocracia política. De uma forma

geral, como já se esboçava na imprensa regional durante a República Velha, transparece algum ressentimento com relação à desatenção ou indiferença do poder central. A partir de Vargas, contudo, os poderes centrais passam a ser vistos como capazes de solucionar a situação agonística das contas públicas no Norte. E, gradativamente, sobretudo a partir do Estado Novo (1937-1945), Getúlio Vargas passa a ser visto como um *gubernaculum* capaz de contornar este estado de coisas, e sua ditadura como uma estratégia necessária para que o país sobrevivesse à convulsão econômica da década de 1930.

## **Bibliografia**

**A Nação**, Manaus, 1935.

**A Palavra**, Manaus, 1932.

**Amazonida** (Revista), Manaus, 1929.

ALVES, Hosenildo Gato. **Imprensa e Poder: A Propaganda Varguista na Imprensa Amazonense (1937-1945)**. (Dissertação) Mestrado em História Social – Universidade Federal do Amazonas, Manaus: 2009.

BALLESTEROS, Aurora Garcia. “Presentación”. IN: BALLESTEROS, Aurora Garcia (ed.) **Geografía y Humanismo**. Barcelona: Oikos Tau, 1992.

BUENO, Magali Franco. **O imaginário brasileiro sobre a Amazônia: uma leitura por meio do discurso de viajantes, do Estado, dos livros didáticos**. Dissertação apresentada ao programa de História da USP, 2002.

**Correio de Manaus**, Manaus, 1931.

CUNHA, Euclides da. **À margem da história**. São Paulo: Cultrix, 1975.

FREMONT, Armand. **A região**. Espaço vivido. Coimbra: Almedina, 1980.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

HOBBSAWM, E. **A era dos extremos — O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

**Jornal do Comércio**, Manaus, 1930-1935 (edições consultadas).

MUNARO, Luís Francisco. **O jornalismo português em Londres (1808-1822)**. Rio de Janeiro: Publit, 2013.

MUNARO, Luís Francisco. **Rios de Palavras: A imprensa nas periferias da Amazônia**. Porto Alegre: Editora Fi, 2017.

**O Besouro**, Manaus, 1932.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. “Sinais da modernidade na era Vargas: vida literária, cinema e rádio”. IN: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano**. O tempo do nacional-estatismo. Do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.



RANGEL, Alberto. **Inferno Verde**. Cenas e cenários do Amazonas. Manaus: Valer, 2008.

SANTOS, Eloína Monteiro. **A rebelião de 1924 em Manaus**. Manaus: Valer, 2001.

VELLOSO, Mônica Pimenta. **Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo**. Fundação Getúlio Vargas. Centro de Pesquisa e Documentação de História contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro, 1987.

**Vitoria Regia** (Revista), Manaus, 1933.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**. Belo Horizonte, Itatiaia, 1979.